



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.666/2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência compreende a contratação de 2 (dois) objetos distintos, conforme descritos a seguir:

1.1.1. Prestação, por empresa especializada, dos serviços de coleta de amostras, análise laboratorial e elaboração de laudo de avaliação microbiológica, física e química da qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente em unidades do Coren-SP, de acordo com a legislação aplicável, em especial, o disposto na Lei 13.589/2018 e na Resolução 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), ou de acordo com atos normativos que as venham a modificar ou substituir, com fornecimento de mão de obra qualificada e não exclusiva, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto, conforme quantidades, periodicidade e especificações previstas neste Termo de Referência.

1.1.2. Prestação, por empresa especializada, dos serviços de coleta de amostras, análise laboratorial e elaboração de laudo de avaliação microbiológica, física e química da qualidade da água e de seu padrão de potabilidade em pontos de consumo humano de água em unidades do Coren-SP, de acordo com a legislação aplicável, em especial, o disposto no Anexo XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde (na redação que lhe foi conferida pela Portaria GM/MS 888/2021), ou de acordo com atos normativos que a venham a modificar ou substituir, com fornecimento de mão de obra qualificada e não exclusiva, equipamentos e materiais necessários à execução do objeto, conforme quantidades, periodicidade e especificações previstas neste Termo de Referência.

1.2. Para prestação dos serviços previstos nos subitens 1.1.1. e 1.1.2., poderão ser contratados 2 (dois) fornecedores distintos (um para cada serviço) ou um único fornecedor para ambos os serviços, a depender do resultado da licitação de cada objeto na modalidade Pregão Eletrônico. Por esse motivo, designa-se como Contratada neste instrumento a empresa responsável pela prestação um ou de ambos os serviços.

1.3. Os serviços previstos no subitem 1.1.1. serão prestados conforme unidades, periodicidade e quantitativos constantes da tabela abaixo, e de acordo com as demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR – CATSER 16500			
ITEM	UNIDADES DO COREN-SP	PERIODICIDADE	QUANTIDADE PONTOS DE COLETA
	Sede		13
	Coren-Educação		5



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

1	Araçatuba	Semestral	2
	Botucatu		3
	Campinas		4
	Guarulhos		2
	Itapetininga		2
	Marília		3
	Osasco		2
	Presidente Prudente		3
	Ribeirão Preto		3
	Santo Amaro		2
	Santo André		2
	Santos		4
	São José do Rio de Preto		3
	São José dos Campos		3
	Sorocaba		2
Quantitativo residual de 10% (dez) por cento, caso necessário o refazimento da coleta de amostras		6	
TOTAL DE PONTOS DE COLETA			64
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO SERVIÇO			R\$ 350,00
VALOR TOTAL POR SEMESTRE			R\$ 22.400,00
VALOR TOTAL DO CONTRATO (3 ANOS)			R\$ 134.400,00

1.4. Os serviços previstos no subitem 1.1.2. serão prestados conforme unidades, periodicidade e quantitativos constantes da tabela abaixo, e de acordo com as demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA – CATSER 19143			
ITEM	UNIDADES DO COREN-SP	PERIODICIDADE	QUANTIDADE PONTOS DE COLETA
2	Sede	Semestral	3
	Coren-Educação		3
	Araçatuba		3
	Botucatu		3
	Campinas		3
	Itapetininga		3
	Marília		3
	Presidente Prudente		3
	Santos		3
	São José do Rio de Preto		3
	Quantitativo residual de 10% (dez) por cento, caso necessário o refazimento da coleta de amostras		3
TOTAL DE PONTOS DE COLETA			33
VALOR MÁXIMO ESTIMADO DO SERVIÇO			R\$ 321,85
VALOR TOTAL POR SEMESTRE			R\$ 10.621,05



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

VALOR TOTAL DO CONTRATO (3 ANOS)	R\$ 63.726,30
----------------------------------	---------------

1.5. O valor total estimado para os dois serviços previstos no subitem 1.1, durante o prazo de vigência do contrato definido no subitem 1.8, é de **R\$ 198.126,30 (cento e noventa e oito mil cento e vinte e seis reais e trinta centavos).**

1.6. Os serviços objeto desta contratação se caracterizam como serviços comuns de engenharia, na forma do art. 6º, inciso XXI, "a", da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante do subitem 4.2 dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como continuados, na forma do art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante do subitem 4.1 dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 3 (três) anos, contados da data de assinatura de cada contrato (deverá ser formalizado um contrato para cada objeto), prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.8.1. Por se tratar de serviços continuados, a vigência plurianual é mais vantajosa, conforme justificativas constantes dos subitens 4.1 e 4.3 a 4.6 dos Estudos Técnicos Preliminares.

1.9. Mediante aditivo contratual, poderão ser incluídos nos objetos da contratação (subitens 1.3 e 1.4) pontos adicionais de coleta de ar ou água, inclusive em unidades do Coren-SP que porventura venham a ser implementadas, desde que garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observadas as regras e limites constantes dos arts. 125 e 126 da Lei 14.133/2021.

1.10. No caso de eventuais divergências entre o conteúdo deste Termo de Referência e o dos Estudos Técnicos Preliminares, deverá prevalecer o disposto neste Termo de Referência.

1.11. Os contratos oferecerão maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência de cada contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação e descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos constantes dos itens 2, 3, 5 e 6 dos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante do item 5 dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Condições de participação na licitação

4.1. Não será admitida a participação na licitação de empresas:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 4.1.1.** Com objeto social incompatível com os objetos da licitação.
- 4.1.2.** Que não atendam às condições previstas neste Termo de Referência e em seus Anexos.
- 4.1.3.** Que não sejam constituídas sob as leis brasileiras e/ou não tenham domicílio no Brasil.
- 4.1.4.** Constituídas sob a forma de sociedades cooperativas, com fundamento no disposto no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP 05/2017.
- 4.1.5.** Qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 4.1.6.** Na condição de concorrentes na licitação, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.
- 4.1.7.** Sob dissolução ou liquidação.
- 4.1.8.** Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concursos de credores, exceto se a empresa em recuperação judicial ou extrajudicial atender as demais condições exigidas na licitação e desde que sua participação seja deferida pelo juízo falimentar, devendo apresentar plano de recuperação acolhido judicialmente na forma dos arts. 58 e 165 da Lei 11.101/2005.
- 4.1.9.** Suspensas ou impedidas de licitar e de contratar com o Coren-SP, com a Administração Pública federal ou com a Administração Pública em geral, na forma da legislação vigente.
- 4.1.10.** Cujo sócio majoritário ou controlador esteja proibido de contratar com o Poder Público, na forma do art. 12 da Lei 8.429/1992.
- 4.1.11.** Que tenham administrador ou sócio com poder de direção que tenham vínculo familiar com autoridades do Coren-SP, observado o disposto no art. 5º do Decreto 9.507/2018 e na Súmula Vinculante STF 13.

Requisitos da contratação (para ambos os objetos)

4.2. Os serviços previstos nos subitens 1.1.1 e 1.1.2 deverão ser executados em conformidade às exigências previstas no Anexo II – Especificações Técnicas, com proteção da integridade de pessoas, instalações e bens nos procedimentos de coleta de amostras nas unidades do Coren-SP e de acordo com as seguintes regras:

- 4.2.1.** Os serviços serão prestados com periodicidade semestral, sob demanda do Coren-SP (a ser formalizada em Ordem de Serviço).
- 4.2.2.** Os serviços deverão ser prestados pela Contratada em laboratórios devidamente certificados e acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou entidade de função equivalente, ou em laboratórios que, comprovadamente, atendam aos requisitos previstos na NBR ABNT ISO/IEC 17025/2017 (Requisitos Gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.2.3. Execução dos serviços conforme especificações técnicas exigidas, nos prazos, preços e condições pactuadas e de acordo com a proposta, com a alocação, pela Contratada, dos empregados necessários ao integral cumprimento e adimplemento contratual.

4.2.4. Como condição para o início da execução contratual, deverão ser apresentados os registros exigidos perante os Conselhos Profissionais competentes situados no Estado de sua sede. Para a fase de habilitação na licitação, os registros exigidos poderão ser comprovados mediante sua expedição no Conselho Profissional competente em qualquer região do território nacional.

4.2.5. Os serviços devem ser executados por profissionais capacitados, com fornecimento de mão de obra não exclusiva pela Contratada, sob coordenação de seu Responsável Técnico, que deverá necessariamente assinar e responder pelo conteúdo dos laudos técnicos, bem como estar e manter-se devidamente habilitado e com acervo técnico profissional registrado no Conselho Profissional competente.

4.2.6. Cumprimento, pela Contratada, das normas fiscais, trabalhistas e previdenciárias vigentes, em especial as aplicáveis ou incidentes sobre a alocação de seus empregados na execução dos serviços, em especial as de segurança do trabalho e prevenção de acidentes do trabalho, com o fornecimento, pela Contratada, de equipamentos de proteção individual aos seus funcionários responsáveis pela execução dos serviços.

4.2.7. Alocação, pela Contratada, nas etapas em que os serviços forem prestados em espaços confinados, de empregados devidamente capacitados de acordo com a Norma Regulamentadora 33 do Ministério do Trabalho e Emprego (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados).

4.2.8. É vedada a utilização, na execução dos serviços, de empregado da Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo comissionado ou função de confiança no Coren-SP, conforme art. 7º do Decreto 7.203/2010.

4.2.9. Reparação, correção, remoção ou substituição, pela Contratada, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Coren-SP, dos produtos entregues dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais neles empregados.

4.2.10. Responsabilidade da Contratada pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto do contrato, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990).

Requisitos específicos dos serviços de análise da qualidade do ar

4.3. Além dos requisitos constantes do Anexo II – Especificações Técnicas, deverão ser observadas as seguintes:

4.4. Entrega dos laudos técnicos com descrição dos resultados provenientes da análise laboratorial das amostras (microbiológica, física e química), em conformidade com a Resolução ANVISA 09/2003 e a NBR



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ABNT 10.719 (Informação e Documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação), ou com atos normativos que venham a substituir tais normas.

4.5. O Responsável Técnico da Contratada deverá ser profissional com ensino superior com, no mínimo, habilitação nas áreas de Química (Engenharia Química, Química ou Farmácia) e na área de Biologia (Biologia, Farmácia ou Biomedicina), devidamente registrado no Conselho Profissional competente e com comprovação de acervo de responsabilidade técnica devidamente registrado/arquivado em tal Conselho, conforme exige o item VIII do Anexo da Resolução ANVISA 09/2003.

Requisitos específicos dos serviços de análise da qualidade da água

4.6. Além dos requisitos constantes do Anexo II – Especificações Técnicas, deverão ser observadas as seguintes:

4.7. Entrega dos laudos técnicos com descrição dos resultados provenientes da análise laboratorial das amostras (microbiológica, física e química), em conformidade com o Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017 (na redação que lhe foi dada pela Portaria GM/MS 888/2021) e com a NBR ABNT 10.719 (Informação e Documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação), ou com atos normativos que venham a substituir tais normas.

4.8. Os serviços deverão ser prestados pela Contratada em laboratórios devidamente certificados e acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou entidade de função equivalente.

4.9. O Responsável Técnico da Contratada deverá ser profissional com ensino superior, com, no mínimo, graduação concluída nas áreas de Química, Biologia, Engenharia Ambiental e/ou Sanitária ou em áreas afins, devidamente registrado no Conselho Profissional competente e com comprovação de acervo de responsabilidade técnica devidamente registrado/arquivado em tal Conselho.

Legislação aplicável

4.10. Na prestação dos serviços, a Contratada deverá observar, conforme o caso (objeto a ser executado), os seguintes atos normativos (elencados a título exemplificativo e orientativo):

Quanto aos serviços de análise da qualidade do ar:

4.10.1. Lei 13.589/2018, que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

4.10.2. Resolução ANVISA 09/2003, que contém orientações técnicas sobre padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, no que diz respeito à definição de valores máximos recomendáveis para contaminação biológica, química e física, métodos analíticos (Normas Técnicas 01, 02, 03 e 04) e respectivas recomendações para controle, sendo: 1 – Nota Técnica NT 001 – Pesquisa da Microbiota Fúngica e Bacteriana em Amostras de Ar em Ambientes Climatizados Artificialmente e Não Climatizados; 2 – Nota Técnica NT 002 – Determinação da Concentração de Dióxido de Carbono (CO₂) no Ar por Leitura Direta; 3 – Nota



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Técnica NT 003 – Determinação da Temperatura, Umidade e Velocidade do Ar por Leitura Direta; 4 – Nota Técnica NT 004 – Análise de Concentração de Aerodispersóides.

4.10.3. Resolução CONAMA 491/2018, que dispõe sobre padrões de qualidade do ar.

4.10.4. Normas Técnicas relacionadas a sistemas de climatização do ar: a) NBR ABNT 16401/2008 (Instalações de ar-condicionado – Sistemas Centrais e Unitários, Parte 3 – Qualidade do Ar Interior); b) NBR ABNT 14.679/2012 (Sistemas de acondicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização); c) NBR ABNT 15848/2010 (Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior); d) NBR ABNT 13971/2014 (Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada); e) Portaria INMETRO 07/2011, que estabelece critérios sobre requisitos de avaliação de conformidade para condicionadores de ar.

Quanto aos serviços de análise da qualidade da água:

4.10.5. Portaria GM/MS 888/2021, que atribuiu nova redação ao Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

4.11. Quanto a ambos os serviços:

4.11.1. Leis federais: a) Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos; b) Lei 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima – PNMC e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos; c) Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; d) Lei 10.295/2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; e) Lei 9.605/1998, que trata da tipificação dos crimes ambientais; f) Lei 6.437/1977, que trata das infrações e penalidades à legislação sanitária federal

4.11.2. Decretos federais: a) Decreto 6.514/2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração de tais infrações; b) Decreto 2.783/1998, que veda a aquisição, por órgãos ou entidades da Administração Pública federal autárquica, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das substâncias que destroem a Camada de Ozônio.

4.11.3. Decreto Estadual 48.138/2023, que instituiu medidas de redução e racionalização do uso de água no âmbito do Estado de São Paulo.

4.11.4. Atos normativos que compõem a legislação trabalhista aplicável: Portaria 3.214/1978 (Segurança e Medicina do Trabalho) do Ministério do Trabalho; Norma Regulamentadora (NR-6) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, que trata dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs; Norma Regulamentadora 9 (NR-9) do MTE, que trata do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA; Norma Regulamentadora 15 (NR-15) do MTE, que trata de atividades e operações



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

insalubres; e Norma Regulamentadora 33 (NR-33) do MTE, que trata da segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados.

4.11.5. Quanto à elaboração e apresentados dos laudos técnicos: NBR ABNT 10.719 (Informação e documentação – Relatório técnico e/ou científico – Apresentação).

4.11.6. Quanto à acreditação laboratorial: NBR ABNT ISO/IEC 17025/2017 (Requisitos Gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração).

Sustentabilidade

4.12. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição e nas especificações técnicas do objeto, ou na legislação aplicável, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.12.1. Planejamento e execução dos serviços, pela Contratada, visando à economia de manutenção de equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas; à preservação das edificações e mobiliários nas unidades do Coren-SP em que os serviços serão prestados; à redução do consumo de energia e de água e à utilização de equipamentos, materiais, utensílios e ferramentas de modo a reduzir seu impacto ambiental, inclusive por meio do uso de materiais reciclados, reutilizáveis e/ou biodegradáveis.

4.12.2. Priorização, pela Contratada, do emprego de mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais de origem local na execução dos serviços.

4.12.3. Utilização pela Contratada, preferencialmente, de produtos biodegradáveis e atóxicos na prestação dos serviços, conforme Norma Técnica NBR ABNT 15448-1 (Regulamento Técnico referente a embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis: terminologia) e 15448-2 (Regulamento Técnico referente a embalagens plásticas degradáveis e/ou de fontes renováveis: requisitos e métodos de ensaio).

4.12.4. Utilização pela Contratada, preferencialmente, de materiais, equipamentos ou insumos em conformidade aos critérios de sustentabilidade previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, tendo em vista a obtenção de maior economia no consumo de energia e água.

Subcontratação

4.13. É admitida a subcontratação parcial dos objetos contratuais, nas seguintes condições:

4.13.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na análise laboratorial das amostras coletadas em unidades do Coren-SP e na elaboração, entrega e revisão dos respectivos laudos técnicos decorrente da análise laboratorial das amostras.

4.13.2. A subcontratação fica condicionada à prévia e expressa anuência do Coren-SP, na forma do § 1º do art. 122 da Lei 14.133/2021, e limitada às parcelas dos serviços correspondentes à coleta de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

amostras e à logística de armazenagem e transporte das amostras até os laboratórios onde a Contratada deverá executar a análise física, química e microbiológica das amostras.

4.13.3. No caso de subcontratação, deverá ser observada a vedação constante do § 3º do art. 122 da Lei 14.133/2021.

4.13.4. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras aplicáveis em relação à subcontratação, caso admitida.

4.13.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, a Contratada permanecerá integralmente responsável pela execução contratual integral, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Coren-SP pelo cumprimento estrito das obrigações contratuais correspondente à parcela dos serviços subcontratada.

Alteração subjetiva

4.14. Admite-se a alteração subjetiva da Contratada, mediante fusão, cisão ou incorporação, condicionada à anuência expressa do Coren-SP quanto à continuidade do contrato, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução contratual.

Garantia da contratação

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% do valor inicial do contrato e demais condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.15.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.15.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.15.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.16. A avaliação prévia dos locais de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades dos objetos a serem contratados, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por empregado público designado para esse fim, em dias úteis, das 09h às 16h, mediante prévio agendamento a ser obtido perante a Gerência Administrativa e de Logística Operacional do Coren-SP (por meio do endereço eletrônico: manutencao.predial@coren-sp.gov.br).

4.16.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4.16.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16.3. Caso o licitante opte não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.16.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições gerais de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Os serviços objeto da contratação deverão ser executados em conformidade às condições e exigências previstas no Anexo II – Especificações Técnicas.

5.1.2. Início da execução de cada objeto contratual: a partir da emissão da ordem de início dos serviços pelo Coren-SP, que deverá ocorrer de forma expressa, específica e por escrito, após a assinatura do contrato, podendo ser comunicada à Contratada por qualquer meio que evidencie o respectivo recebimento por quem detenha poderes de representação da empresa.

5.1.3. Periodicidade da execução dos objetos contratuais: semestral, devendo ser iniciada mediante ordem de serviço emitida pelo Coren-SP na forma do subitem 5.1.2. e concluída no prazo de 90 (noventa) dias contados da emissão da respectiva ordem de serviço.

5.1.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por períodos sucessivos de 30 (trinta) dias, pelo Coren-SP, de forma justificada, desde que o período de prorrogação não ultrapasse 90 (noventa) dias, hipótese em que, se for o caso, poderá restar configurado inadimplemento total ou parcial da Contratada.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços de aferição da qualidade do ar serão prestados em dias úteis nas seguintes unidades do Coren-SP:

5.2.1. Edifício sede do Coren-SP: Alameda Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, CEP 01331-000, São Paulo – SP.

5.2.2. Unidade Coren-Educação: Rua Dona Veridiana, 298, Santa Cecília, CEP 01238-010, São Paulo – SP.

5.2.3. Subseção de Araçatuba: Rua José Bonifácio, 245, Centro, CEP 16010-380.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.2.4.** Subseção de Botucatu: Rua Braz de Assis, 235, Vila dos Lavradores, CEP 18609-096.
- 5.2.5.** Subseção de Campinas: Rua Saldanha Marinho, 1046, Botafogo, CEP 13013-081.
- 5.2.6.** Subseção de Guarulhos: Rua Morvam Figueiredo, 65, Conjuntos 62 e 64 (Edifício Saint Peter), Centro, CEP 07090-010.
- 5.2.7.** Subseção de Itapetininga: Rua Cesário Mota, 418, Centro, CEP 18200-080.
- 5.2.8.** Subseção de Marília: Avenida Rio Branco, 262, Centro, CEP 17500-090, Centro.
- 5.2.9.** Subseção de Osasco: Rua Cipriano Tavares, 130, Sala 01, Térreo, Centro, CEP 06010-100.
- 5.2.10.** Subseção de Presidente Prudente: Avenida Washington Luiz, 300, Centro, CEP 19010-090.
- 5.2.11.** Subseção de Ribeirão Preto: Avenida Presidente Vargas, 2001, Conjunto 194, Jardim Santa Ângela, CEP 14020-525.
- 5.2.12.** Núcleo de Atendimento ao Profissional de Enfermagem (NAPE) de Santo Amaro: Rua Amador Bueno, 328, Sala 1, Térreo, Santo Amaro, CEP 04752-005, São Paulo – SP.
- 5.2.13.** Subseção de Santo André: Rua Dona Elisa Fláquer, 70, 3º andar, Salas 31, 36 e 38, Centro, CEP 09020-160.
- 5.2.14.** Subseção de Santos: Avenida Doutor Epitácio Pessoa, 214, Embaré, CEP 11045-300.
- 5.2.15.** Subseção de São José dos Campos: Avenida Dr. Nelson d'Ávila, 389, Sala 141 A, Centro, CEP 12245-030.
- 5.2.16.** Subseção de São José do Rio Preto: Avenida Dr. Alberto Andaló, 3764, Vila Redentora, CEP 15015-000.
- 5.2.17.** Subseção de Sorocaba: Av. Washington Luiz, 310, 3º andar, Sala 36, Jardim Emília, CEP 18031-000.

5.3. Os serviços de aferição da qualidade da água serão prestados em dias úteis nas unidades do Coren-SP indicadas nos subitens 5.2.1., 5.2.2., 5.2.3., 5.2.4., 5.2.5., 5.2.7., 5.2.8., 5.2.10., 5.2.14 e 5.2.15.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços em quantidade e qualidade compatíveis com os objetos da contratação, mantendo tais materiais em condições adequadas de uso e promovendo sua substituição, quando necessária.

5.5. Todos e quaisquer materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à prestação dos serviços deverão ser disponibilizados pela Contratada, sem qualquer ônus adicional para o Coren-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.6.** Os equipamentos laboratoriais de medição deverão ser devidamente calibrados e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou entidade de função equivalente, conforme exigências constantes das respectivas normas técnicas de instalação, operação e manutenção.
- 5.7.** Cabe à Contratada utilizar somente materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios licenciados de acordo com as normas regulamentadoras estabelecidas pelas entidades competentes em cada caso (por exemplo, ABNT, ANVISA, INMETRO).
- 5.8.** A Contratada deverá apresentar os certificados de calibração dos equipamentos e medidores utilizados, juntamente com os relatórios técnicos semestralmente entregues, sendo que os medidores e equipamentos devem estar calibrados antes de se realizar as medições, para não serem invalidadas as análises.
- 5.9.** No caso de utilização de materiais importados, a Contratada deverá dispor da documentação que os legalize no Brasil, principalmente quanto ao cumprimento das normas técnicas aplicáveis da ABNT e do INMETRO, e, em se tratando de produtos químicos ou biológicos, da correspondente autorização de uso ou comercialização pela ANVISA.
- 5.10.** Será de responsabilidade da Contratada toda e qualquer despesa quanto ao transporte das amostras, materiais, ferramentas e utensílios, bem como quanto à sua carga, descarga, armazenagem e eventual perda ou deterioração, e quanto à sua distribuição logística para a execução dos serviços, devendo a Contratada garantir que não falem tais materiais para a prestação adequada dos serviços.
- 5.11.** A Contratada deverá acondicionar as amostras, materiais, ferramentas e utensílios em embalagens adequadas de modo a assegurar máxima proteção durante o transporte e armazenamento e viabilizar a respectiva análise laboratorial sem distorções ocasionadas por eventuais más condições de transporte e armazenamento.
- 5.12.** A Contratada deverá substituir, reparar, corrigir e/ou remover os materiais que porventura sejam rejeitados pela fiscalização contratual, às suas custas.
- 5.13.** A Contratada deverá facultar ao Coren-SP a vistoria, a qualquer tempo e em dias úteis, dos equipamentos laboratoriais, materiais, utensílios, documentos e quaisquer outros utilizados para a execução dos serviços.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.14.** Não serão aceitos valores globais superiores aos estimados para cada um dos serviços a serem contratados.
- 5.15.** O preço proposto deverá compreender todas as despesas necessárias para a execução deles, tais como despesas com mão de obra, fornecimento de materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, fornecimento de equipamentos de proteção individual aos profissionais alocados na execução dos serviços, locomoção de profissionais, coleta, acondicionamento, armazenamento e transporte de amostras,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

análise laboratorial física, química e microbiológica e elaboração, entrega e revisão dos laudos técnicos, com periodicidade semestral.

5.16. É de responsabilidade da Contratada arcar com todo e qualquer ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

5.17. A Contratada deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao integral cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílio necessários, na quantidade e qualidade exigida na contratação, não se admitindo modificações na execução dos serviços sem a prévia anuência do Coren-SP.

5.18. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada (contendo a respectiva memória de cálculo), os preços contratados poderão ser reajustados após o intervalo de um ano de vigência contratual, mediante aplicação do IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações contratuais iniciadas e concluídas após a ocorrência do intervalo anual.

5.18.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do último reajuste.

5.18.2. O reajuste será realizado por apostilamento ao contrato.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.20. A Contratada deverá garantir boas técnicas de execução e profissionais com experiência e qualificação em práticas de coleta e medição.

5.21. Quanto às análises laboratoriais, nos procedimentos que gerem valores incomuns típicos de erros de medição, ou em virtude de erros em equipamentos ou medidores, os serviços deverão ser repetidos sem qualquer ônus para o Coren-SP, observados os limites quantitativos residuais para coleta de amostras previstos no item 18 da tabela constante do subitem 1.3 e no item 11 da tabela constante do subitem 1.4 deste Termo de Referência.

5.22. A Contratada deverá utilizar nas análises microbiológicas e físico-químicas controle do branco de amostras, a fim de demonstrar que não houve contaminações ou interferências durante o processo ao longo do percurso da amostra coletada até o final da análise laboratorial.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.23. Não serão necessários procedimentos de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Coren-SP e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente os prepostos da empresa (poderá incluir o Responsável Técnico entre eles), antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção de prepostos da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade.

6.8. Não haverá necessidade de manutenção de prepostos da Contratada nos locais de execução dos objetos contratuais, pois os objetos contratuais abrangem o fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133/2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o Coren-SP (Decreto 11.246/2022, art. 22, VI).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei 14.133/2021, art. 117, §1º e Decreto 11.246, de 2022, art. 22, II).

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto 11.246/2022, art. 22, III).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto 11.246/2022, art. 22, IV).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto 11.246/2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto 11.246/2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto 11.246/2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo das ordens de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento das finalidades institucionais do Coren-SP (Decreto 11.246/2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto 11.246/2022, art. 21, II).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto 11.246/2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto 11.246/2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto 11.246/2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades institucionais do Coren-SP (Decreto 11.246/2022, art. 21, VI) e/ou das próximas contratações com objetos similares a serem feitas pela entidade.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará a periodicidade semestral dos serviços, de forma que o faturamento dos serviços será semestral e será iniciado após o recebimento dos laudos técnicos pelo Coren-SP.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, de periodicidade semestral, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, I, "a", da Lei 14.133/2021 e arts. 22, X e 23, X do Decreto 11.246/2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela semestral a ser paga (por meio da comprovação da entrega dos laudos técnicos exigidos).

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (art. 22, X, Decreto 11.246/2022).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (art. 23, X, Decreto 11.246/2022)

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período semestral de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (arts. 119 e 140 da Lei 14.133/2021)

7.5.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único empregado público, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto 11.246/2022).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e,

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e,
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Coren-SP.

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei 14.133/2021.

7.15. O Coren-SP deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG 03/2018).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Coren-SP.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME 77/2022.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.26. Em princípio, não se admite nesta contratação a antecipação de pagamento (parcial ou total) à Contratada, exceto se o tema for devidamente disciplinado em aditivo contratual, devidamente justificado em prol da continuidade dos serviços, quando tal adiantamento se configurar medida indispensável para a prestação dos serviços.

Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação ao Coren-SP, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da Contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme art. 12 da Lei nº 8.429/1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18.05.2020, da Advocacia-Geral da União (AGU).

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratada) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração Pública (Instrução Normativa SEGES/ME 53/2020 e Anexos).

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.5. Sociedade empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição de seus administradores.

8.6. Sociedade por ações: Estatuto social e ata de eleição de seus administradores.

8.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5.764/1971.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452/1943.

8.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

Qualificação Técnica

8.18. Para os serviços previstos no subitem 1.1.1. (análise da qualidade do ar):

8.18.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.18.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.18.2. Registro ou inscrição, em plena validade, da licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Regional de Química – CRQ,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Conselho Regional de Biologia – CRBio, Conselho Regional de Farmácia – CRF, Conselho Regional de Biomedicina – CRBM ou equivalente/afim).

8.18.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo Conselho Profissional competente, quando for o caso.

8.18.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.18.3.2. Coleta de amostras e elaboração de laudo de laudo de avaliação/análise microbiológica, física e química da qualidade do ar em ambientes artificialmente climatizados, abrangendo, pelo menos, 12 (doze) pontos de coleta e a coleta em, pelo menos, 1 (um) Município situado na região metropolitana de São Paulo e 2 (dois) Municípios situados no interior do Estado de São Paulo.

8.18.4. Certificado de acreditação da empresa conforme NBR ABNT 17025/2005.

8.19. Para os serviços previstos no subitem 1.1.2. (análise da qualidade da água):

8.19.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.19.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.19.2. Registro ou inscrição, em plena validade, da licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Regional de Química – CRQ, Conselho Regional de Biologia – CRBio, Conselho Regional de Farmácia – CRF, Conselho Regional de Biomedicina – CRBM ou equivalente/afim).

8.19.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo Conselho Profissional competente, quando for o caso.

8.19.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.19.3.2. Coleta de amostras e elaboração de laudo de laudo de avaliação/análise microbiológica, física e química da qualidade do ar em ambientes artificialmente climatizados, abrangendo, pelo menos, 6 (seis) pontos de coleta e a coleta em, pelo menos, 1 (um) Município situado na região metropolitana de São Paulo e 2 (dois) Municípios situados no interior do Estado de São Paulo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.19.4. Certificado de acreditação da empresa conforme NBR ABNT 17025/2005.

8.20. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.20.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.20.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Coren-SP, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 203.243,64 (duzentos e três mil, duzentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro reais), resultante do somatório do valor total estimado para cada objeto contratual durante o prazo de vigência da contratação (conforme previsões contidas nos subitens 1.4 e 1.6), conforme custos unitários estimados e apostos nos Mapas Comparativos de Preços constantes da pesquisa de preços.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A contratação está prevista no Plano de Compras e Contratações – 2023 do Coren-SP e as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no elemento de despesas 6.2.2.1.1.33.90.39.002.017 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis do orçamento anual do Coren-SP.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 25 de junho de 2024.

INTEGRANTE REQUISITANTE

Viviane
Vanessa de
Sousa

Assinado de forma
digital por Viviane
Vanessa de Sousa
Dados: 2024.07.10
17:30:48 -03'00'

Viviane Vanessa de Sousa
Coordenadora II - GEAD
Matrícula 539

Arnaldo
Goldbaum

Assinado de forma
digital por Arnaldo
Goldbaum
Dados: 2024.07.12
08:22:13 -03'00'

Arnaldo Goldbaum
Gerente GEAD
Matrícula 1224



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

INTEGRANTES DA GERÊNCIA DE COMPRAS E CONTRATOS	<p>Renée Seiji Okada</p> <p>Assinado de forma digital por Renée Seiji Okada Dados: 2024.07.10 17:14:10 -03'00'</p> <p>Renée Seiji Okada Assessor II - GCC Matrícula 917</p> <p>Assinado de forma digital por Andrea Zumbini Paulo Dados: 2024.07.12 13:28:34 -03'00'</p> <p>Andrea Zumbini Paulo Gerente de Compras e Contratos Matrícula 1232</p>

Coren-SP | Agiliza - Processo número 10666/2021 (ID 149077) - Documento 256862.
Assinado eletronicamente por RENEE SEIJI OKADA, em 12/07/2024 13:41:23.



Coren^{SP}
Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

Alameda Ribeirão Preto, 82 - Bela Vista - São Paulo - SP - 01331-000
Telefone: 11 3225.6300
www.coren-sp.gov.br



CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Anexos do documento ID 256862
(Listagem gerada, automaticamente, pelo sistema)

	Anexo ID	Tipo	Arquivo
1	197211	Outros	A2 - Especificacoes Tecnicas.pdf (Arquivo ID 856617)
2	197210	Outros	A3 - IMR_republicacao.pdf (Arquivo ID 856616)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Processo Administrativo nº 10.666/2021

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. A contratação compreenderá 2 (dois) objetos:

1.1.1. Prestação, por empresa especializada, dos serviços de análise laboratorial (microbiológica e físico-química) da qualidade do ar em ambientes climatizados nas unidades do Coren-SP, com fornecimento de mão de obra qualificada e não exclusiva, de equipamentos e materiais necessários à execução do objeto;

1.1.2. Prestação, por empresa especializada, dos serviços de análise laboratorial (microbiológica e físico-química) da qualidade e potabilidade da água nas unidades do Coren-SP, com fornecimento de mão de obra qualificada e não exclusiva, de equipamentos e materiais necessários à execução do objeto.

2. ANÁLISE LABORATORIAL (MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA) DA QUALIDADE E POTABILIDADE DA ÁGUA:

2.1. As análises físico-químicas e microbiológicas (bacteriológicas) das amostras de água coletadas (pela Contratada ou por subcontratada, na forma do Termo de Referência) serão realizadas com periodicidade semestral, em data a ser estabelecida pelo Coren/SP, considerando o disposto no Anexo XX da Portaria de Consolidação 05/2017 do Ministério da Saúde (na redação dada pela Portaria GM/MS 888/2021), que estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, bem como o disposto em atos normativos que impliquem em modificação ou atualização do conteúdo da referida Portaria, ou, ainda, em ato normativo que venha a substituir tal Portaria.

2.2. Deverá ser fornecido laudo técnico com descrição dos resultados decorrentes da análise laboratorial das amostras, que deverá ser feita pela contratada.

2.3. O laboratório prestador dos serviços deverá ser devidamente certificado e acreditado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

2.3.1. A avaliação da qualidade da água deverá ser realizada após limpeza dos respectivos reservatórios (a serem realizados pelo Coren-SP ou por empresa contratada por este Conselho Profissional).



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

2.4. Deverão ser emitidos laudos técnicos com o resultado das análises assinados por Responsável Técnico da contratada, na forma do Termo de Referência. Os relatórios poderão ser transmitidos por e-mail ou via internet, através do *site* do laboratório.

2.5. Os laudos referentes às análises físico-químicas e microbiológicas (bacteriológicas) da qualidade da água para consumo humano deverão ser conclusivos, claros e objetivos, de forma a não suscitar dúvidas ou interpretações dúbias relativas à potabilidade da água.

2.6. O prazo para apresentação dos laudos é de até 30 (trinta) dias corridos após a coleta das amostras.

2.7. Os locais, quantidades, tipos de análises e os parâmetros a serem utilizados estão especificados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Prédios, locais e quantidade das coletas de amostras de água:

Item	Unidade	Quantidade anual de pontos de coleta
1	Sede	6
2	Educação	6
3	Araçatuba	6
4	Botucatu	6
5	Campinas	6
6	Itapetininga	6
7	Marília	6
8	Presidente Prudente	6
9	Santos	6
10	São José do Rio Preto	6
11	10% para refazimento	6
Total de amostras no ano		66

2.8. Considerar para as coletas de amostras de água, em cada localidade, 01 (um) ponto de fornecimento direto da concessionária, 01 (um) ponto de água filtrada e 01 (um) ponto de água de uso geral.

2.9. As quantidades de amostras informadas acima representam o total estimado para dois semestres/um ano.

2.10. No caso de surgimento de novas técnicas e/ou parâmetros ambientais obrigatórios, a Contratada obriga-se a adotá-los, desde que não impliquem em encargos excessivamente onerosos que resultem em quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3. ANÁLISE LABORATORIAL (MICROBIOLÓGICA E FÍSICO-QUÍMICA) DA QUALIDADE DO AR EM AMBIENTES CLIMATIZADOS

3.1. A Contratada não poderá ter qualquer vínculo jurídico-societário com as empresas que prestem serviços ao Coren-SP de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de ar condicionado.

3.2. Deverão ser recolhidas pela Contratada (ou por terceiros por ela subcontratados, na forma do Termo de Referência) amostras de partículas biológicas do ar (em data a ser definida pelo Coren-SP). Tais amostras deverão ser enviadas a laboratórios da Contratada, nos quais serão realizadas as análises laboratoriais (parcela dos serviços não passível de subcontratação), em conformidade com a Resolução 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, ou com atos normativos que venham a atualizar, modificar ou substituir o referido ato normativo.

3.3. Os laudos laboratoriais da qualidade do ar deverão conter a identificação do laboratório, o nome, a assinatura e a identificação do Responsável Técnico da Contratada e do registro de tal profissional no Conselho Profissional competente.

3.4. Os laudos laboratoriais deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da coleta das amostras.

3.5. Deverá ser emitida pela contratada planilha com os resultados e interpretações, traduzidas em termos acessíveis, de modo a indicar com precisão os níveis de aerobiocontaminação do sistema, os riscos sanitários e os melhores procedimentos para sua eliminação e/ou mitigação.

3.6. Metodologia da coleta:

3.6.1. A Contratada deverá realizar análise do ar distribuída nos andares dos locais onde serão realizadas as coletas, utilizando-se das Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004, contidas na Resolução ANVISA 09/2003.

3.6.2. Deverão ser obtidas amostras para análise, obedecendo ao painel amostral da Resolução ANVISA 09/2003:

- Amostra do ar externo (amostragem e análise dos fungos encontrados no ar externo);
- Amostra do ar interno (amostragem e análise dos fungos encontrados por andar);
- Amostra de dióxido de carbono (amostragem e análise da concentração de dióxido de carbono);
- Amostra de aerodispersóides (amostragem e análise da concentração de partículas sólidas no ar);
- Amostra de velocidade do ar (determinação da velocidade de insuflamento);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- Amostra da umidade do ar (determinação da umidade do ar interno);
- Amostra de temperatura (determinação da temperatura do ar interno).

3.6.3. A análise e as coletas deverão ser feitas em consonância com as Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004 e a entrega dos laudos técnicos deverá ocorrer em conformidade com a NBR ABNT 10.719 (Informação e documentação – Relatório Técnico e/ou Científico – Apresentação).

3.6.4. A avaliação da qualidade do ar interior deverá ser realizada após execução dos serviços de limpeza, higienização e adequação dos sistemas climatizadores (a serem realizados pelo Coren-SP ou por empresa contratada por este Conselho Profissional).

3.6.5. Abaixo, são pormenorizadas as atividades de avaliação e controle amplo definido para a qualidade do ar, assim como os métodos e ensaios pretendidos para a análise laboratorial, em conformidade à Resolução ANVISA 09/2003 e demais normas técnicas aplicáveis.

3.7. NORMA TÉCNICA 001 – MÉTODO DE AMOSTRAGEM E ANÁLISE DE BIOAEROSOL EM AMBIENTES INTERIORES

3.7.1. Compreende a pesquisa, monitoramento e controle ambiental da possível colonização, multiplicação e disseminação de fungos em ar ambiental interior.

3.7.2. Marcador Epidemiológico: Fungos.

3.7.2.1. A análise consiste na verificação da tendência epidemiológica comparando o quão amplificado de poluentes os ambientes internos (climatizados) estão em relação ao ar externo. Neste ponto, a Contratada (ou empresa por ela subcontratada na forma do Termo de Referência) deve obrigatoriamente fazer a coleta de amostra do ar exterior e interior no mesmo dia.

3.7.2.2. O método para a coleta e análise deve estar em conformidade com a Norma Técnica 001 da Resolução ANVISA 09/2003. A partir desta norma, deverão ser determinados os valores limite recomendados como padrões de referência.

3.7.2.3. Como os resultados da análise não são diretos, por demandar tempo mínimo de dias de incubação, cultivo e crescimento dos fungos, o resultado não é conhecido no dia da coleta. Somente após os resultados laboratoriais, saber-se-á sobre a real condição da qualidade do ar. Caso haja ocorrência de anormalidade no resultado da análise da qualidade do ar, a contratada deve estar preparada para iminente solicitação de auxílio com a finalidade de esclarecer melhor as medidas que devam ser adotadas para solução adequada da análise laboratorial.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.7.3. A empresa deverá realizar as coletas de ar com um coletor de ar por impactação e aceleração linear, com vazão de 25 a 35 l/min, munido de impactador: de um, dois ou seis estágios; com uso dos seguintes Meios de Cultivo: Agar Extrato de Malte, Agar Sabouraud Dextrose a 4% ou Agar Batata Dextrose.

3.7.4. O tempo de amostragem deverá ser de 5 (cinco) a 15 (quinze) minutos, dependendo das especificações do amostrador, e a taxa de vazão: fixa entre 25 a 35 l/min, sendo recomendada 28,3 l/min.

3.7.5. A empresa deverá selecionar amostra de ar exterior localizada fora da estrutura predial na altura de 1,50 m do nível da rua.

3.7.6. A empresa deverá selecionar os pontos de amostras de ar interior distribuídas nos setores relacionados a 1,5m do solo, no centro do ambiente ou em zona ocupada.

3.7.7. A empresa deverá efetuar rotina de embalagem para proteção e de transporte da amostra com nível de biossegurança 2 (recipiente lacrado, devidamente identificado, com símbolo de risco biológico).

3.7.8. A exatidão da coleta deverá ser de $\pm 0,02$ l/min e precisão de $\pm 99,92\%$;

3.7.9. A empresa deverá utilizar método de cultivo e quantificação segundo a Norma ABNT NBR ISO 17.025 (Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração). Tempo mínimo de 7 dias a 25°C, permitindo total crescimento dos fungos.

3.8. NORMA TÉCNICA 002 – MÉTODO DE AMOSTRAGEM E ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DE DIÓXIDO DE CARBONO EM AMBIENTES INTERIORES

3.8.1. Compreende a pesquisa, monitoramento e controle do processo de renovação de ar em ambientes climatizados, por meio de leitura direta com sensor infravermelho não dispersivo ou célula eletroquímica, conforme a Norma Técnica 002 da Resolução ANVISA 09/2003.

3.8.2. Marcador Epidemiológico: Dióxido de Carbono (CO₂).

3.8.2.1. A respiração humana produz na expiração a liberação de CO₂. A quantidade liberada depende da atividade física e metabólica de cada indivíduo presente no ambiente. Para ambiente com grande concentração de pessoas o impacto é maior e a necessidade de troca de ar por um ar oxigenado (ar novo) é relevante. Neste ponto, é essencial que as medições da análise da qualidade do ar aconteçam quando o ambiente estiver com sua ocupação normal ou máxima, isto porque há uma relação direta com a quantidade da taxa de ocupação do ambiente e a concentração de CO₂



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

que está sendo analisada, e, portanto, em nada será representativo quando o ambiente estiver em situação normal.

3.8.2.2. O método para a coleta e análise deve estar em conformidade com a Norma Técnica 02 da Resolução ANVISA 09/2003. Com relação ao padrão de referência do limite da concentração de CO₂, a norma da ANVISA consagrou padrão de referência à época de CO₂<1000ppm, o que não impede que novas normas técnicas estabeleçam novos limites a serem atendidos com a finalidade de melhorar a avaliação da qualidade do ar, como, por exemplo a NBR ABNT 16401 – Instalações de ar-condicionado – Sistemas Centrais e Unitários – Parte 1: Projetos das instalações (diferença concentração interna e externa < 700ppm).

3.8.2.3. A coleta da amostra do ambiente interno deve ser obrigatoriamente coletada no mesmo dia da coleta do ambiente externo. Isso porque as condições internas e externas podem sofrer alterações momentâneas de um dia a outro e distorcer os resultados. Como o resultado é uma medição direta, é possível a empresa avaliar as condições da qualidade do ar de imediato, e, caso haja anormalidade, é essencial que a empresa busque identificar as causas (se há influência exterior ou interior de algo momentâneo ou não), avaliar as configurações físicas do ambiente (janelas estão fechadas, portas fechadas etc.), consultar reclamações dos usuários, verificar as condições climáticas, observar atividades externas de impacto negativo ao ambiente, reunir demais informações que julgar necessárias para apresentar em relatórios, bem como informações relevantes para definir as medidas a serem tomadas.

3.8.3. A empresa deverá coletar as amostras através de leitura direta por meio de sensor infravermelho não dispersivo ou célula eletroquímica.

3.8.4. Faixa de 0 a 5000 p.p.m e exatidão de ± 50 p.p.m. + 2% do valor medido.

3.8.5. A empresa deverá selecionar uma amostra de ar exterior localizada nas proximidades da entrada da tomada de ar externo a altura de 1,5m do solo.

3.8.6. A empresa deverá selecionar os pontos de amostras de ar interior distribuídas nos setores relacionados a 1,5m do solo, no centro do ambiente ou em zona ocupada.

3.8.7. As medidas deverão ser realizadas em horários de pico de utilização do ambiente, ou seja, entre 10h e 15h.

3.9. NORMA TÉCNICA 003 – DETERMINAÇÃO DE TEMPERATURA, UMIDADE E VELOCIDADE DO AR EM AMBIENTES INTERIORES



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.9.1. Compreende a pesquisa, monitoramento e controle do processo de climatização de ar em ambientes climatizados.

3.9.2. Marcadores: Temperatura do ar (°C) Umidade do ar (%) Velocidade do ar (m/s).

3.9.2.1. A Resolução nº. 09/2003 da ANVISA define parâmetros físicos de conforto e bem-estar para o usuário do ambiente.

3.9.2.2. A verificação de situação anormal deve ser avaliada, verificada e, se possível, solucionada, haja vista a manipulação de controle da velocidade do ar, direção de saída de ar, temperatura e umidade são, na sua maioria, parâmetros passíveis de alteração por comandos através de controle remoto dos aparelhos de ar condicionado. Qualquer anormalidade e dificuldade para solucionar deve ser sugerida e relatada.

3.9.2.3. A intenção é trazer conforto ao ambiente com ações simples evitando impasses administrativos, sendo que ajustes que poderiam ser feitos no momento pelo controle remoto dos aparelhos poderão adequar as medições.

3.9.2.4. Ambiente com instalações novas, ou após reformas e/ou retificações no sistema de climatização são potenciais e preferenciais ambientes para avaliação. Possivelmente, serão ambientes capturados nos critérios de preferência como sendo “ambiente com reclamação”, pela possibilidade de resultados de ambientes novos precisarem de ajustes e calibração, ou outras necessidades que demandem maior atenção.

3.9.2.5. O método para a coleta e análise deve estar em conformidade com a Norma Técnica 003 da Resolução ANVISA 09/2003.

3.9.2.6. Para a determinação da temperatura, umidade e velocidade do ar em ambientes interiores, abrangendo pesquisa, monitoramento e controle do processo de climatização de ar em ambientes climatizados por leitura direta, serão utilizados os equipamentos a seguir:

a) **Termo-higrômetro:** Sensor de temperatura do tipo termo resistência. Sensor de umidade do tipo capacitivo ou por condutividade elétrica, conforme a Norma Técnica 003 da Resolução ANVISA 09/2003.

b) **Termo anemômetro:** Sensor de velocidade do ar do tipo fio aquecido ou fio térmico, conforme a Norma Técnica 003 da Resolução ANVISA 09/2003.

3.9.3. A empresa deverá coletar as amostras através de equipamentos de leitura direta: Termo-higrômetro e Termo-anemômetro.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.9.4. O mostrador termo-higrômetro deverá utilizar sensor de temperatura do tipo termo-resistência e sensor de umidade do tipo capacitivo ou por condutividade elétrica. Faixa de operação: de 0º a 70ºC de temperatura e de 5% a 95% de umidade. Exatidão: $\pm 0,8^\circ\text{C}$ de temperatura e $\pm 5\%$ do valor medido de umidade.

3.9.5. O mostrador termo-anemômetro deverá utilizar sensor de velocidade do ar do tipo fio aquecido ou fio térmico. Faixa de operação: de 0 a 10m/s. Exatidão: $\pm 0,1 \text{ m/s} \pm 4\%$ do valor medido.

3.9.6. A empresa deverá selecionar os pontos de amostras de ar interior distribuídas nos setores relacionados a 1,5m do solo, no centro do ambiente ou em zona ocupada.

3.10. NORMA TÉCNICA 004 – DETERMINAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO DE AERODISPERSÓIDES EM AMBIENTES INTERIORES

3.10.1. Compreende a pesquisa, monitoramento e controle de aerodispersóides totais em ambientes interiores climatizados.

3.10.2. Amostragem e análise de concentração de aerodispersóides em ambientes interiores: pesquisa, monitoramento e controle de aerodispersóides totais em ambientes interiores climatizados.

3.10.3. Marcador Epidemiológico: Poeira Total ($\mu\text{g}/\text{m}^3$). O controle de partículas totais em suspensão através da verificação da concentração de aerodispersóides é uma indicação do grau de pureza do ar e limpeza do ambiente climatizado.

3.10.3.1. Caso haja ocorrência de anormalidade, a empresa deve estar pronta para iminente solicitação de auxílio com a finalidade de esclarecer melhor as medidas que devam ser adotadas para solucionar a ocorrência.

3.10.3.2. O método para a coleta e análise deve estar em conformidade com a Norma Técnica 004 da Resolução ANVISA 09/2003.

3.10.3.3. O padrão de referência sobre o valor limite recomendado consta na mesma norma.

3.10.4. Coleta de aerodispersóides por filtração (ABNT MB-3422 – Agentes químicos no ar – Coleta de aerodispersóides por filtração).

3.10.5. A empresa deverá coletar as amostras através de unidade de captação por filtros de PVC, diâmetro de 37mm e porosidade de 5 μm de diâmetro de poro específico para poeira total a ser coletada; suporte de filtro em disco de celulose; porta-filtro em plástico transparente com diâmetro de 37mm.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.10.6. A empresa deverá utilizar bomba de amostragem, que mantenha ao longo do período da coleta, a vazão inicial de calibração com variação de 5%, taxa de vazão de 1,0 a 3,0 l/min, recomendado 2,0 l/min; volume mínimo de 50 litros e máximo de 400 litros e tempo de amostragem: relação entre o volume captado e a taxa de vazão utilizada.

3.10.7. A empresa deverá proceder à calibração das bombas conforme ABNT NBR 10.562 – Calibração de vazão.

3.10.8. A empresa deverá selecionar os pontos de amostras de ar interior distribuídas nas unidades do Coren-SP previstas no subitem 3.12.2 abaixo, conforme orientação do Coren-SP, a 1,5m do solo, no centro do ambiente ou em zona ocupada.

3.10.9. Materiais: unidade de captação constituída por filtros de PVC, diâmetro de 37 mm e porosidade de 5 µm de diâmetro de poro específico para poeira total a ser coletada, suporte de filtro em disco de celulose e porta-filtro em plástico transparente com diâmetro de 37 mm.

3.10.10. Aparelhagem: bomba de amostragem que mantenha ao longo do período de coleta, a vazão inicial de calibração com variação de 5%.

3.10.11. Metodologia: conforme a Norma Técnica 004 da Resolução ANVISA 09/2003.

3.11. QUANTITATIVOS

3.11.1. O quantitativo de pontos para cada unidade administrativa foi obtido considerando-se:

3.11.1.1. Pontos internos, conforme tabela inserta na Resolução ANVISA 09/2003 (Normas Técnicas 001, 002, 003 e 004), ou seja, em função da área construída das unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação;

3.11.1.2. Pontos externos, em geral, 01 (um) ponto por prédio;

3.11.2. Quanto à periodicidade das coletas/análises de ar foi adotada a SEMESTRALIDADE, conforme Resolução ANVISA 09/ 2003:



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

TABELA 2 - Prédios, locais e quantidade das coletas de amostras de ar:

Item	Unidade	Quantidade anual de pontos de coleta
1	Sede	26
2	Educação	10
3	Araçatuba	4
4	Botucatu	6
5	Campinas	8
6	Guarulhos	4
7	Itapetininga	4
8	Marília	6
9	Osasco	4
10	Pres. Prudente	6
11	Ribeirão Preto	6
12	Santo Amaro	4
13	Santo André	4
14	Santos	8
15	São José do Rio Preto	6
16	São José dos Campos	6
17	Sorocaba	4
18	10% para refazimento	12
Total de amostras no ano		64

3.12. FERRAMENTAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.

3.12.1. Compete à empresa contratada possuir e disponibilizar todos os materiais, equipamentos, utensílios e ferramental necessários à execução dos serviços, bem como para cumprimento das atividades previstas em contrato, em quantidades, qualidade e perfeitas condições de uso, mantendo guarda e controle sobre sua propriedade.

3.12.2. Os equipamentos de medição deverão ser devidamente calibrados e certificados de acordo com as exigências das normas técnicas.

3.12.3. A empresa contratada deverá apresentar os certificados de calibração dos equipamentos e medidores, com classe de exatidão metrológica, frequência e parâmetros mínimos definidos na Resolução ANVISA 09/2003, juntamente com os relatórios técnicos semestralmente entregues, sendo que os medidores e equipamentos devem estar calibrados antes de realizar as medições para não serem invalidadas as análises.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.12.4. Os materiais a serem utilizados na execução dos serviços deverão ser fornecidos pela Contratada, uma vez que seus custos estão inclusos nos valores unitários por pontos das análises (custos com mão de obra qualificada, ferramentas, materiais de consumo e equipamentos).

3.12.5. Compete à contratada utilizar somente materiais, equipamentos e utensílios licenciados de acordo com as normas regulamentadoras estabelecidas pelos órgãos/entidades fiscalizadoras, ABNT, ANVISA, INMETRO, entre outros com atribuições similares.

3.12.6. No caso de utilização de materiais/produtos importados, deverão estar com toda a documentação que os legalize no País, principalmente quanto ao cumprimento das normas da ABNT e INMETRO, e autorizado, licenciado e/ou aprovado pela ANVISA, quando se tratar de produtos químicos ou biológicos.

3.12.7. A contratada deverá dar preferência ao uso de materiais/equipamentos/insumos que tenham sido produzidos observando os critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a Instrução Normativa MPOG 01/2010 e que reduzam a necessidade de manutenção.

3.12.8. A contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelo transporte dos materiais, carga e descarga, guarda e eventual perda, bem como pela sua distribuição para execução dos serviços e garantir que não falte material para a prestação dos serviços.

3.12.9. A contratada deverá acondicionar os materiais em embalagens adequadas de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.12.10. A contratada deverá substituir os materiais que porventura sejam rejeitados pela fiscalização contratual, como também reparar, corrigir e/ou remover, às suas custas, os serviços/materiais/insumos que apresentarem defeitos ou forem rejeitados, sem custos para o Coren-SP.

3.13. ANÁLISE DE POLUENTES BIOLÓGICOS E QUÍMICOS DO AR

3.13.1. A Contratada deverá realizar as coletas das amostras, análises e laudos microbiológicos, respeitando as exigências dispostas na Resolução ANVISA 09/2003, informando as condições de qualidade do ar de interior e da água da bandeja do condensado.

3.13.2. A empresa deverá adotar os padrões referenciais adotados pela Resolução ANVISA 09/2003.

3.13.3. A empresa deverá identificar todos patógenos encontrados qualitativamente e quantitativamente.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.13.4. Os serviços e materiais não mencionados, mas necessários para perfeita execução dos serviços, deverão ser fornecidos pela contratada por sua conta e risco.

3.13.5. O Fiscal do Contrato deverá orientar o serviço de coleta de amostras, indicando à contratada a localização específica dos ambientes, podendo, a seu critério, acompanhar presencialmente a coleta de amostras.

3.13.6. Deverão ser emitidos relatórios técnicos com o resultado das análises assinados por Responsável Técnico qualificado, na forma do Termo de Referência. Os relatórios poderão ser transmitidos por e-mail ou via internet, através do *site* do laboratório.

3.13.7. Com o intuito de comprovar a qualidade e eficácia do serviço realizado, a contratada deverá apresentar laudo de diagnóstico microbiológico.

3.13.8. O laboratório responsável pela emissão do laudo microbiológico deve obrigatoriamente ser acreditado pelo INMETRO e será responsável por certificar a eliminação da aerobiocontaminação (diferença entre a contaminação do ar dos dutos e o ar ambiente em relação ao diagnóstico inicial), e a redução de contaminação ambiental, seguindo os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução ANVISA 09/2003.

3.13.9. Com relação aos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais, considera-se como Responsável Técnico o profissional que tem competência legal para exercer as atividades descritas, sendo profissional de nível superior com habilitação, em conformidade com a regulamentação profissional vigente no país e comprovação de Responsabilidade Técnica - RT, expedida pelo Conselho Profissional competente, e será adotada a Resolução ANVISA 09/2003 como parâmetro de avaliação e aceitação dos serviços.

3.13.10. A análise deverá ser executada por contagem diferencial e identificação das colônias confluentes. Os resultados de análise do ar devem ser fornecidos em ufc/m³. O índice máximo admitido é de 750 ufc/m³ para ar.

3.14. RELATÓRIO TÉCNICO

3.14.1. O resultado da análise deve ser formalizado através de relatório técnico, de acordo com a ABNT NBR 10.719 – “Informação e documentação – Relatório técnico ou científico - Apresentação” e recomendações do Fiscal do contrato.

3.14.2. A contratada deve, primeiro, detalhar o relatório por ambiente de cada prédio, conforme a norma técnica de cada análise, seguindo os procedimentos padrões; utilizar equipamentos com configurações mínimas exigidas pela ficha técnica das normas, devidamente calibrados pelos laboratórios credenciados no Brasil; seguir os métodos e respeitar os marcadores de análise. Em seguida, listar em planilha os ambientes e suas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

respectivas avaliações de desempenho de acordo com os padrões de referência estabelecidos em normas técnicas.

3.14.3. Os casos classificados como saudáveis correspondem aos ambientes dos prédios que estão em conformidade com os valores parametrizados em normas.

3.14.4. Os casos satisfatórios são aqueles que apresentaram valores superiores ao parâmetro mínimo de qualidade estabelecido na norma técnica aplicável e devidamente identificados sem risco à saúde humana, e nos quais medidas simples foram ou poderão ser adotadas pelo Coren-SP para sanar o problema sem demandar mais ações.

3.14.5. Os casos classificados como insatisfatórios são os ambientes dos prédios que apresentaram valores inferiores aos padrões de qualidade mínimos e tiveram sinais de atenção devidamente identificados, e que demandem ações a serem tomadas pelo Coren-SP ou pelas empresas por ele contratadas para prestação dos serviços de manutenção dos sistemas de ar condicionado, ou outras ações necessárias que poderão ou deverão ser devidamente esclarecidas e instruídas para sanar o problema.

3.14.6. O Relatório Final, resumidamente, deve constar de 02 (duas) partes:

- Relatório do laudo do ambiente individual por prédio - Laudo conforme normas, fornecendo os valores das medições e suas comparações com os patamares máximos permitidos e o certificado de calibragem dos equipamentos;
- Relatório do laudo por prédio/unidade do Coren-SP - Apresentação da classificação do prédio como saudável, satisfatório ou insatisfatório.

3.14.7. A contratada deverá entregar os resultados das análises (laudos microbiológicos), contendo a descrição QUALITATIVA e QUANTITATIVA detalhada das bactérias e fungos identificados.

3.14.8. Os relatórios deverão fornecer subsídios para as decisões do Coren-SP quanto ao gerenciamento do sistema de climatização, quanto à periodicidade dos procedimentos de limpeza e manutenção dos componentes do sistema (asseguradas periodicidades previstas em norma).

3.14.9. Os relatórios poderão ser transmitidos por e-mail ou via internet, através do *site* do laboratório.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

4. ENDEREÇO DAS LOCALIDADES PARA COLETA:

ITEM	UNIDADES/ LOCALIDADES	ENDEREÇO E TELEFONE
1	Sede	Al. Ribeirão Preto, 82, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP.: 01331-000, Telefone: (11) 3225 6338
2	Coren-SP Educação	Rua Dona Veridiana, 298, Santa Cecília, São Paulo/SP, CEP 01238-010, Telefone: (11) 3223 7261
3	Subseção Araçatuba	Rua José Bonifácio, 245, Centro, CEP 16010-380, Telefone: (18) 3624-8783
4	Subseção Botucatu	Rua Braz de Assis, 235, Vila do Lavradores, CEP 18609-096, Telefone: (14) 3814-1049 / 3813-6755
5	Subseção Campinas	Rua Saldanha Marinho, 1046, Botafogo, CEP 13013-081, Telefone: (19) 3237-0208
6	Subseção Guarulhos	Rua Morvam Figueiredo, 65, Conj. 62 e 64, Centro, CEP 07090-010, Telefone: (11) 2408-7683
7	Subseção Itapetininga	Rua Cesário Mota, 418, Centro, CEP 18200-080, Telefone: (15) 3271 9966
8	Subseção Marília	Av. Rio Branco, 262, Alto Cafezal, CEP 17502-000, Telefone: (14) 3433-5902
9	Subseção Osasco	Rua Cipriano Tavares, 130, sala 01 (térreo), Centro CEP 06010-100, Telefone: (11) 3681-6814 (11) 3681-2933
10	Subseção Presidente	Avenida Washington Luiz, 300, Centro, CEP 19010-090, Telefone: (18) 3221-6927
11	Subseção Ribeirão Preto	Av. Presidente Vargas, 2001, Conj. 194, Jd América, CEP 14020-260, Telefone: (16) 3911-2808
12	NAPE Santo Amaro	Rua Amador Bueno, 328 - sl. 01 – térreo, CEP 04752-005, Telefone: (11) 5523-2631
13	Subseção Santo André	Rua Dona Eliza Fláquer, 70 - salas 31, 36 e 38, CEP 09020-160, Telefone: (11) 4437-4324
14	Subseção Santos	Avenida Dr. Eptácio Pessoa, 214, Embaré, CEP 14020-260, Telefone: (13) 3289-3700
15	Subseção São José do Rio	Avenida Alberto Andaló, 3764, Vila Redentora, CEP 15015-000, Telefone: (17) 3222-3171 / 3222-5232
16	Subseção São José dos	Av. Dr. Nelson D'ávila, 389, salas 141 e 142, Centro, CEP 12245-030, Telefone: (12) 3922-8419
17	NAPE Sorocaba	Av. Washigton Luiz, 310, sala 36 (3º andar), Jd. Emília, CEP 18031-000, Telefone: (15) 3233-0155

5. OBRIGAÇÕES DAS CONTRATADAS (QUANTO AOS DOIS OBJETOS)



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.1.** Colher, semestralmente, nos endereços especificados nesse documento, amostras de ar e/ou água a serem analisadas, provenientes dos sistemas hidráulicos e/ou ambientes das localidades indicadas.
- 5.2.** Proceder às análises e emitir os laudos respectivos.
- 5.3.** Responsabilizar-se pelo transporte de todas as amostras coletadas bem como por todo e qualquer insumo utilizado na execução dos serviços.
- 5.4.** Após colher as amostras a serem analisadas, a contratada terá 10 (dez) dias para a apresentação dos laudos referentes às análises físico-química e microbiológica (bacteriológica).
- 5.5.** Indicar Responsável Técnico para elaboração dos laudos de análise laboratorial.
- 5.6.** Indicar preposto e respectivo substituto, que ficará responsável pelo controle das solicitações, bem como pelos esclarecimentos de dúvidas quando da execução contratual.
- 5.7.** Definir, junto ao Coren-SP, cronograma com determinação de data, hora, local e pontos de coleta para recolhimento das amostras.
- 5.8.** Refazer os serviços não realizados a contento, sem acréscimo de valor para o Coren-SP, e no mesmo prazo de realização do serviço inicial.
- 5.9.** Possuir aporte técnico que proporcione efetivas garantias dos serviços prestados e dispor de equipamentos em perfeito estado de uso e com pessoal qualificado para sua operação.
- 5.10.** Assumir única, exclusiva e integral responsabilidade técnica pela execução dos serviços contratados e pela qualidade dos materiais empregados.
- 5.11.** Arcar com quaisquer danos ou prejuízos eventualmente ocorridos com materiais, equipamentos e ferramentas utilizados na execução dos serviços, sem possibilidade de ressarcimento pelo Coren/SP.
- 5.12.** Executar os serviços nos prazos estabelecidos, nas condições e preços consignados em sua proposta.
- 5.13.** A contratada deverá apresentar documentos de comprovação de seu registro perante o Conselho Profissional competente, constando, pelo menos, um nome de responsável técnico, para fins de comprovação de sua competência para prestação dos serviços e, na forma da lei, de seu vínculo com o responsável técnico.
- 5.14.** Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do Coren-SP, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, prepostos, agentes ou subcontratados.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 5.15.** Responsabilizar-se pelo transporte do pessoal, equipamentos e dos materiais necessários à execução dos respectivos serviços.
- 5.16.** Cumprir a legislação aplicável aos serviços, em especial a legislação tributária, previdenciária e trabalhista incidente sobre as relações jurídicas mantidas pela contratada com os profissionais que serão por ela alocados na execução dos serviços.
- 5.17.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Coren-SP, atendendo prontamente a todas reclamações.
- 5.18.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sem qualquer ônus para o Coren-SP.
- 5.19.** Proceder regularmente à limpeza e remoção de quaisquer resíduos resultante dos serviços, se houver, promovendo, por si ou por terceiro, o respectivo manejo em conformidade à Política Nacional de Resíduos Sólidos, evitando qualquer transtorno nesse sentido ao funcionamento das atividades do Coren/SP e de suas unidades abrangidas pela contratação.
- 5.20.** Não transferir a outros, no todo, o objeto do presente contrato e a parcela correspondente aos serviços de análise laboratorial e de elaboração dos laudos.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO III – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DO AR

INDICADOR 01	Realização da análise física, química e microbiológica da qualidade do ar
Finalidade	Garantir que a análise laboratorial da qualidade do ar nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se com precisão os níveis de aerobiocontaminação dos sistemas de climatização, os respectivos riscos sanitários e os procedimentos para sua eliminação.
Metas a serem cumpridas	<p>Realização da análise da qualidade do ar, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.3. do Termo de Referência.</p> <p>Dentre os parâmetros a serem avaliados, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- fungos: índice máximo admitido de 750 ufc/m³ de ar para a relação I/E = 1,5, onde I é a quantidade de fungos no ambiente interior e E é quantidade de fungos no ambiente exterior;- fungos patogênicos e toxigênicos: presença inaceitável;- dióxido de carbono (CO₂): limite 1000 ppm;- aerodispersóides totais no ar: limite 80 ug/m³;- faixa de operação das temperaturas de bulbo seco (variável conforme estação do ano e região do edifício);- faixa de operação da umidade relativa (variável conforme estação do ano e região do edifício);- Valor Máximo Recomendável – VMR de operação da Velocidade do Ar, no nível de 1,5m do piso, na região de influência da distribuição do ar (limite de 0,25 m/s);- outros aplicáveis, considerando a legislação aplicável, em especial a Resolução ANVISA 09/2003.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Motivo determinante do ajuste no pagamento	Atraso na coleta e/ou na entrega do laudo técnico para cada unidade do Coren-SP, o que caracterizará não cumprimento das metas estabelecidas e ensejará pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conformidade aos percentuais discriminados abaixo.
Quantidade de dias corridos	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
1 dia até 15 dias	Pagamento de 99% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
16 até 30 dias	Pagamento de 98% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Mais de 30 dias	Pagamento de 96% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

INDICADOR 02	Realização da análise microbiológica da qualidade da água da bandeja do condensado
Finalidade	Garantir que a análise da qualidade da água da bandeja do condensado nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se o grau de risco encontrado, principalmente no caso de presença da bactéria <i>legionella pneumophila</i> .
Metas a serem cumpridas	Realização da análise laboratorial da qualidade do ar, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.3. do Termo de Referência.
Motivo determinante do ajuste no pagamento	Atraso na coleta e/ou na entrega do laudo técnico para cada unidade do Coren-SP, o que caracterizará não cumprimento das metas estabelecidas e ensejará pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conformidade aos percentuais discriminados abaixo.
Quantidade de dias corridos	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
1 dia até 15 dias	Pagamento de 99% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

16 até 30 dias	Pagamento de 98% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Mais de 30 dias	Pagamento de 96% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

INDICADOR 03	Realização da análise física, química, microbiológica da qualidade do ar
Finalidade	Garantir que a análise da qualidade do ar nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se com precisão os níveis de aerobiocontaminação dos sistemas de climatização, os respectivos riscos sanitários e os procedimentos para sua eliminação.
Metas a serem cumpridas	<p>Realização da análise laboratorial da qualidade do ar, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.3. do Termo de Referência.</p> <p>Dentre os parâmetros a serem avaliados, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none">- fungos: índice máximo admitido de 750 ufc/m^3 de ar para a relação I/E = 1,5, onde I é a quantidade de fungos no ambiente interior e E é quantidade de fungos no ambiente exterior;- fungos patogênicos e toxigênicos: presença inaceitável;- dióxido de carbono (CO_2): limite 1000 ppm;- aerodispersóides totais no ar: limite 80 ug/m^3;- faixa de operação das temperaturas de bulbo seco (variável conforme estação do ano e região do edifício);- faixa de operação da umidade relativa (variável conforme estação do ano e região do edifício);- Valor Máximo Recomendável – VMR de operação da Velocidade do Ar, no nível de 1,5m do piso, na região de influência da distribuição do ar (limite de 0,25 m/s);



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

	- outros aplicáveis, considerando a legislação aplicável, em especial a Resolução ANVISA 09/2003.
Motivo determinante do ajuste no pagamento	Ausência de resultados e interpretações em termos acessíveis e/ou resultados que não indiquem com precisão os níveis de aerobiocontaminação do sistema, os riscos sanitários e/ou resultados que não apontem os procedimentos recomendados para sua eliminação, o que caracterizará o não cumprimento das metas estabelecidas e ensejará o pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conforme com os percentuais discriminados abaixo.
Quantidade de amostras analisadas / Quantidade prevista na contratação	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
Percentual superior a 90% e igual ou inferior a 95%	Pagamento de 98,5% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual superior a 80% e igual ou inferior a 90%	Pagamento de 95% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual igual ou inferior a 80%	Pagamento de 90% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

INDICADOR 04	Realização da análise física, química e microbiológica da qualidade da água da bandeja do condensado
Finalidade	Garantir que a análise da qualidade do ar nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se o grau de risco encontrado, principalmente no caso de presença da bactéria <i>legionella pneumophila</i> .
Metas a serem cumpridas	Realização da análise laboratorial da qualidade do ar, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.3. do Termo de Referência.
Motivo determinante do ajuste no pagamento	Análise cujo resultado não informe com precisão o grau de perigo encontrado, principalmente quanto à presença da referida bactéria, o que caracterizará o não cumprimento da meta estabelecida e ensejará pagamento proporcional dos serviços realizados no período, conforme percentuais discriminados abaixo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Quantidade de amostras analisadas / Quantidade prevista na contratação	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
Percentual superior a 90% e igual ou inferior a 95%	Pagamento de 98,5% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual superior a 80% e igual ou inferior a 90%	Pagamento de 95% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual igual ou inferior a 80%	Pagamento de 90% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

1.1. Os percentuais de glosa referentes aos indicadores 01 a 04 acima poderão ser aplicados cumulativamente caso verificado o descumprimento de mais de um desses indicadores.

2. SERVIÇOS DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA

INDICADOR 01	Realização da análise física, química e microbiológica da qualidade da água e de seu padrão de potabilidade em pontos de consumo humano em unidades do Coren-SP
Finalidade	Garantir que a análise da qualidade e potabilidade da água para consumo humano nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se com precisão os níveis de contaminação encontrados, os respectivos riscos sanitários e os procedimentos para sua eliminação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Metas a serem cumpridas	<p>Realização da análise laboratorial da potabilidade da água para consumo humano nas unidades do Coren-SP, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.5. do Termo de Referência.</p> <p>Dentre os parâmetros a serem avaliados, destacam-se os previstos na legislação aplicável, em especial aqueles atualmente enunciados no Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017, na redação que lhe foi conferida pela Portaria GM/MS 888/2021.</p>
Motivo determinante do ajuste no pagamento	Atraso na coleta e/ou na entrega do laudo técnico para cada unidade do Coren-SP, o que caracterizará não cumprimento das metas estabelecidas e ensejará pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conformidade aos percentuais discriminados abaixo.
Quantidade de dias corridos	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
1 dia até 15 dias	Pagamento de 99% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
16 até 30 dias	Pagamento de 98% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Mais de 30 dias	Pagamento de 96% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o atraso em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

INDICADOR 02	Realização da análise física, química e microbiológica da qualidade da água e de seu padrão de potabilidade em pontos de consumo humano em unidades do Coren-SP
Finalidade	Garantir que a análise da qualidade e potabilidade da água para consumo humano nas unidades do Coren-SP abrangidas pela contratação seja fornecida dentro da periodicidade semestral contratada e que os resultados e interpretações sejam esclarecidos nos laudos técnicos de forma acessível, indicando-se com precisão os níveis de contaminação encontrados, os respectivos riscos sanitários e os procedimentos para sua eliminação.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Metas a serem cumpridas	<p>Realização da análise laboratorial da potabilidade da água para consumo humano nas unidades do Coren-SP, contemplando coletas semestrais conforme quantidade de amostras previstas no item 1.5. do Termo de Referência.</p> <p>Dentre os parâmetros a serem avaliados, destacam-se os previstos na legislação aplicável, em especial aqueles atualmente enunciados no Anexo XX da Portaria de Consolidação MS 05/2017, na redação que lhe foi conferida pela Portaria GM/MS 888/2021.</p>
Motivo determinante do ajuste no pagamento	Ausência de resultados e interpretações em termos acessíveis e/ou resultados que não indiquem com precisão os níveis de contaminação da água, os respectivos riscos sanitários e/ou resultados que não apontem os procedimentos recomendados para sua eliminação, o que caracterizará o não cumprimento das metas estabelecidas e ensejará o pagamento proporcional dos serviços realizados no período, calculados em conforme com os percentuais discriminados abaixo.
Quantidade de amostras analisadas / Quantidade prevista na contratação	Ajustes proporcionais no pagamento (glosa)
Percentual superior a 90% e igual ou inferior a 95%	Pagamento de 98,5% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual superior a 80% e igual ou inferior a 90%	Pagamento de 95% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.
Percentual igual ou inferior a 80%	Pagamento de 90% do valor semestral dos serviços referente à unidade do Coren-SP em que houve o problema em referência, a ser obtido mediante divisão do valor total semestral dos serviços pela quantidade total de pontos de coleta de amostras e pela multiplicação de seu resultado pela quantidade de amostras em tal unidade.

2.1 Os percentuais de glosa referentes aos indicadores 01 e 02 acima poderão ser aplicados cumulativamente caso verificado o descumprimento de mais de um desses indicadores.